

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Lula Marques/ Agência Brasil



Comissão de Orçamento hoje: nada se aprendeu

Anatomia de um escândalo, 30 anos depois

No dia 21 de janeiro, completaram-se exatos 30 anos do relatório final da CPI do Orçamento. No momento em que acontece toda essa crise a respeito das emendas Pix, vale relembrar o que houve. E verificar que, aparentemente nada se aprendeu com aquele escândalo. Passado esse tempo, está de novo o Congresso enredado em suspeitas de falta de

transparência com a destinação de recursos orçamentários. Naquela ocasião, o Congresso cassou seis deputados, e outros quatro renunciaram para não ter o mesmo destino. Uma pessoa, Ana Elizabeth Lofrano, foi assassinada. Será que somente um outro escândalo nas mesmas proporções será capaz de parar a sanha do Congresso pelas verbas orçamentárias agora?

Secreto

Quando se analisa o chamado “orçamento secreto”, baseado nas emendas de relator, vê-se a semelhança com o esquema que a CPI deslindou. “A chamada ‘emenda de relator’ era componente vital”, escreveu na época o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães.

Poder

Para se ter uma ideia do poder que o então relator do orçamento, deputado João Alves, detinha, Roberto Magalhães descreve que ele sozinho foi responsável por 1,09 bilhão de cruzeiros do total de 3,6 bilhões do orçamento do então Ministério da Ação Social em 1990.



Reprodução

João Alves na CPI do orçamento: poder demais

Emenda Pix substituiu orçamento secreto

O que se verificou no orçamento secreto não era diferente. O relator passou a concentrar a destinação de vários parlamentares, a partir das indicações feitas pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). No Senado, pelo que se diz, o controle era compartilhado pelo presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e pelo presidente

da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União-AP). Com a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) de acabar com isso, entrou a emenda Pix, um tipo de emenda de comissão, mas também sem qualquer transparência. Que vai direito para a prefeitura do município, sem fiscalização.

Poder

“O que se denomina ‘esquema do orçamento’ nada mais é que a utilização espúria do que é natural existir nas instituições: o núcleo de poder”, escreveu na ocasião Roberto Magalhães. “Foi exatamente essa patologia que atingiu a Comissão Mista de Orçamento”.

Elizabeth

Há 30 anos, o que fez o esquema desmoronar foi um assassinato. O então principal assessor da Comissão de Orçamento, José Carlos Alves dos Santos, matou sua mulher, Elizabeth, porque ela ameaçava denunciar a quadrilha que desviava dinheiro público.

CPI

A partir da prisão de José Carlos, instalou-se a CPI. E descobriu-se como o esquema funcionava e os recursos eram desviados. Tudo se aprofundou exatamente quando os parlamentares começaram a poder emendar o orçamento, com a Constituição de 1988.

Seguiu

E, infelizmente seguiu depois. Até porque muito pouco do que a CPI propôs foi feito. O relatório propunha a extinção da própria Comissão de Orçamento e das emendas de relator, passando o processo de elaboração para as comissões temáticas. Nada aconteceu.

Câmara aprova segundo projeto da tributária

Senado votará hoje desoneração da folha e dívida dos estados

Por Gabriela Gallo

Um dia após aprovar a urgência do segundo Projeto de Lei Complementar que regulamenta a reforma tributária (PLP 108/2024), o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o texto base do projeto nesta terça-feira (13), por 303 votos favoráveis contra 142 contrários. Nesta quarta-feira (14), os parlamentares voltarão a discutir os destaques da proposta, por falta de acordo das partes. Portanto, o texto ainda não segue para o Senado Federal, que discute o primeiro projeto (PLP 68/2024).

O primeiro texto da regulamentação da reforma tributária implementa os novos tributos IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços), definindo as suas alíquotas e excepcionalidades. Já o segundo organiza o Comitê Gestor do IBS (CG-IBS). Este comitê, formado por representantes de todos os estados, será responsável por coordenar a arrecadação, fiscalização, cobrança e distribuição do tributo aos entes federados, elaborar a metodologia e o cálculo da alíquota e outras atribuições.

Além disso, o relator do projeto, deputado Mauro Benevides (PDT-CE), e o Grupo de Trabalho (GT) incluíram os planos previdenciários PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) e VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) no Imposto de transmissão causa mortis e doação (ITCMD). O ITCMD é o tributo cobrado sobre a transferência de bens móveis, imóveis e direitos por



Mario Agra/Câmara dos Deputados

Benevides incluiu no projeto mudanças no imposto de transmissão

herança em caso de falecimento ou doações.

Senado

Enquanto a Câmara adiantou a votação do texto da regulamentação da reforma tributária, uma das prioridades da Casa, o Senado adiou novamente as votações das prioridades da semana por falta de acordo. Ficou, então, para quarta-feira a votação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 121/2024, que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos estados e do Distrito Federal com a União.

Também está prevista a votação do Projeto de Lei nº 1847/2024 que trata da desoneração da folha de pagamento dos 17 principais setores da

economia. O texto foi adiado por falta de acordo entre os poderes Executivo e Legislativo. Entre os poderes, há o consenso de que a reoneração da folha ocorra de maneira gradual de 2025 a 2027 – com cobrança de 5% da alíquota sobre a folha em 2025, 10% em 2026 e, finalmente, 20% em 2027.

Todavia, falta um acordo sobre como será a compensação dos R\$ 17 bilhões que deixarão de ser arrecadados com a desoneração da folha. Inicialmente, o governo propôs o aumento na arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde o início o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se manifestou contrário a alternativa e, em conversa com a imprensa nesta terça-feira (13), ele garantiu que o tributo não será aumentado.

“Encaminhamos um bom acordo. Há concordância em não se aumentar outros impostos”, disse Pacheco. “Há programas estruturados nesse sentido, como a repatriação de recursos no exterior, regularização de ativos, atualização de valor de ativos. Há um bom encaminhamento, uma boa notícia hoje do governo federal, com a aceitação nesse sentido”, completou o senador.

Também segue a expectativa de que os líderes do Senado apresentem ainda alternativas para mudar as regras de emendas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A medida visa driblar a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flavio Dino em suspender as emendas orçamentárias individuais do tipo transferência especial, conhecidas como emendas Pix.

Moraes usou TSE fora do rito para investigar bolsonaristas

O gabinete de Alexandre de Moraes ordenou por mensagens e de forma não oficial a produção de relatórios pela Justiça Eleitoral para embasar decisões do próprio ministro contra bolsonaristas no inquérito das fake news no Supremo Tribunal Federal (STF) durante e após as eleições de 2022.

Diálogos mostram como o setor de combate à desinformação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), presidido à época por Moraes, foi usado como um braço investigativo do gabinete do ministro no Supremo.

As mensagens revelam um fluxo fora do rito envolvendo os dois tribunais, tendo o órgão de combate à desinformação do TSE sido utilizado para investigar e abastecer um inquérito de outro tribunal, o STF, em assuntos relacionados ou não com a eleição daquele ano.

WhatsApp

O jornal Folha de S. Paulo teve acesso a mais de 6 gigabytes de mensagens e arquivos trocados via WhatsApp por auxiliares de Moraes, entre eles o seu principal assessor no STF, que ocupa até hoje o posto de juiz instrutor (espécie de auxiliar de Moraes no gabinete), e outros integrantes da sua equipe no TSE e no Supremo.

Em alguns momentos das

conversas, assessores relataram irritação de Moraes com a demora no atendimento às suas ordens. “Você quer que eu faça o laudo?”, consta em uma das reproduções de falas do ministro. “Ele cismou. Quando ele cisma, é uma tragédia”, comentou um dos assessores. “Ele tá bravo agora”, disse outro.

O maior volume de mensagens com pedidos informais – todas no WhatsApp – envolveu o juiz instrutor Airtton Vieira, assessor mais próximo de Moraes no STF, e Eduardo Tagliaferro, um perito criminal que à época chefiava a Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação (AEED) do TSE.

Tagliaferro deixou o cargo no TSE em maio de 2023, após ser preso sob suspeita de violência doméstica contra a sua esposa, em Caieiras (SP).

Procurados por meio da assessoria do STF e informados sobre o teor da reportagem, Moraes e o juiz Airtton Vieira não responderam. Tagliaferro afirmou que não se manifestará. Mas disse: “Cumprira todas as ordens que me eram dadas e não me recordo de ter cometido qualquer ilegalidade”.

Relatórios

As mensagens mostram que Airtton Vieira (STF) pedia in-



Lula Marques/ Agência Brasil

Moraes teria usado assessores do TSE informalmente

formalmente via WhatsApp ao funcionário do TSE relatórios específicos contra aliados de Bolsonaro. Esses documentos eram enviados da Justiça Eleitoral para o inquérito das fake news, no STF.

Em nenhum dos casos aos quais a Folha teve acesso havia informação oficial de que esses relatórios tinham sido produzidos a pedido do ministro ou do seu gabinete do STF. Em alguns, aparecia que o relatório era “de ordem” do juiz auxiliar do TSE. Em outros, uma denúncia anônima.

As mensagens abrangem o período de agosto de 2022, já durante a campanha eleitoral, e maio de 2023.

A Folha de S. Paulo obteve o material com fontes que tiveram acesso a dados de um telefone que contém as mensagens, não decorrendo de interceptação ilegal ou acesso hacker.

O conjunto de diálogos

mostra ao menos duas dezenas de casos em que o gabinete de Moraes no STF solicita de maneira extraoficial a produção de relatórios pelo TSE.

Ao menos parte desses documentos foi usada pelo ministro para embasar medidas criminais contra bolsonaristas, como cancelamento de passaportes, bloqueio de redes sociais e intimações para depoimento à Polícia Federal.

Dois pedidos de monitoramento e produção de relatórios sobre postagens do jornalista Rodrigo Constantino, apoiador de Jair Bolsonaro, mostram como se dava a dinâmica.

Em um deles, o juiz auxiliar do gabinete de Moraes no STF pergunta a Tagliaferro, do TSE, se ele pode falar. “Posso sim, posso sim, é por acaso [o caso] do Constantino?”.

Fábio Serapião e Glenn Greenwald/Folhapress